

Maria João Pereira Guedes, na categoria de auxiliar de serviços gerais (pessoal auxiliar) — escalão 1, índice 128 (€418,24);

Delcídia Maria Mendonça Teixeira Pereira Garcia, na categoria de auxiliar de serviços gerais (pessoal auxiliar) — escalão 1, índice 128 (€418,24);

Maria da Conceição Teixeira Carvalho, na categoria de auxiliar de serviços gerais (pessoal auxiliar) — escalão 1, índice 128 (€418,24);

José Carlos Pereira Guedes, na categoria de auxiliar de serviços gerais (pessoal auxiliar) — escalão 1, índice 128 (€418,24);

Maria Modesta da Silva Correia, na categoria de auxiliar de serviços gerais (pessoal auxiliar) — escalão 1, índice 128 (€418,24).

Mais se torna público que os nomeados deverão tomar posse nos respectivos lugares no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

3 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Mário Caetano Teixeira Ferreira*.

2611069765

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS

Aviso n.º 24602/2007

António Manuel Oliveira Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas:

Faz público que, por despacho datado de 16 de Novembro do corrente ano, foi exonerado a seu pedido o operário qualificado (Calceteiro), Paulo Jorge Ribeiro da Silva, a partir de 26 de Dezembro de 2007 inclusive.

(Isento do Visto do Tribunal Contas.)

21 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.

2611069561

Aviso n.º 24603/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal datado de 30 de Novembro, foi nomeado em regime de contrato administrativo provimento, a candidata Marisa Eduarda Pereira da Costa Figueiredo, admitida através de concurso externo de ingresso para admissão de um estagiário da carreira técnica superior (Economia), conforme lista de classificação final afixada em 29 de Novembro do corrente ano.

Mais se torna público que o referido contrato será celebrado no prazo máximo de 20 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Isento do Visto do Tribunal de Contas.

3 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.

2611069778

Aviso n.º 24604/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de uma vaga de auxiliar administrativo

Para os devidos efeitos se torna público que, na sequência do respectivo concurso, foi nomeado Auxiliar administrativo, Maria Armada Lopes Pombo Ferreira, conforme despacho datado de 30 de Novembro do corrente ano.

O nomeado deve tomar posse do lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Isento do Visto do Tribunal de Contas.

3 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Manuel Oliveira Rodrigues*.

2611069771

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Aviso (extracto) n.º 24605/2007

Torna-se público que, por despacho do signatário de 03 de Dezembro de 2007, foi nomeada para provimento de um lugar de Tesoureiro Es-

pecialista, a candidata classificada em 1.º lugar no concurso efectuado, Otilia Maria Pacheco de Almeida.

3 de Dezembro de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Vereador, *Sérgio Paulo Matias Galvão*.

2611069752

Edital n.º 1061/2007

Alteração ao alvará de loteamento

Dr. Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras:

Torna público que, por deliberação desta Câmara Municipal tomada na reunião ordinária de 27/11/2007, e para cumprimento do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, está aberto, durante 15 dias, inquérito público sobre a Alteração ao Alvará de loteamento n.º 11/2004, para o prédio sito em Barro, freguesia de S. Pedro e Santiago, deste concelho, registado na Conservatória do Registo Predial sob os n.º 5544 e omissos na matriz, cujo titular é Pedro Nuno Martins Aniceto, a que se refere o processo n.º LT — 16/01 Req.º 7904/07, cujo prazo se inicia 8 dias após a publicação no *Diário da República*.

Quaisquer reclamações, observações ou sugestões sobre o referido projecto poderão ser apresentadas, por escrito, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, na Secção de Apoio Administrativo à Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Torres Vedras e na sede da Junta de Freguesia de S. Pedro e Santiago, onde o projecto estará exposto durante o horário normal de expediente.

Para constar e devidos efeitos, se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, Jorge Augusto Reis Martins, Director do Departamento de Urbanismo, o subscrevi.

30 de Novembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

2611069844

CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA

Aviso n.º 24606/2007

Processo n.º 10/2007-SRH

Abertura de concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior de engenharia civil

1 — Nos termos do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à Administração Local por força e com as adaptações do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, por despacho do Presidente da Câmara, de 26 de Novembro de 2007, se encontra aberto concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de Técnico Superior de 1.ª classe, da carreira de Técnico Superior de Engenharia Civil, integrado no grupo de pessoal de Técnico Superior do quadro de pessoal deste Município.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido apenas para a vaga em concurso, esgotando-se com o preenchimento do lugar.

3 — Conteúdo funcional — o definido no Despacho n.º 6871/2002, do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 3 de Abril de 2002.

4 — Local de trabalho — as funções correspondentes ao lugar em concurso serão desempenhadas no Edifício do Município da Trofa.

5 — Remuneração e condições de trabalho — o titular do lugar a prover será remunerado pelo índice 460, escalão 1, constante do anexo II ao Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, a que corresponde o vencimento ilíquido de € 1 503,05, sendo-lhes aplicável, no que concerne às regalias sociais e condições de trabalho, as normas genericamente vigentes para os funcionários da Administração Local.

6 — Requisitos de admissão — são admitidos ao concurso apenas os candidatos que reúnam os seguintes requisitos:

a) Gerais — os definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Especiais — os referidos na alínea c) n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicáveis à Administração Local através do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro;